

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

A SECA EM PICOS – PIAUÍ NOS ANOS DE 1979 A 1985:
o combate e a sua memória

FERNANDO DE SOUSA CRUZ

PICOS, PI

2017

FERNANDO DE SOUSA CRUZ

**A SECA EM PICOS – PIAUÍ NOS ANOS DE 1979 A 1985:
o combate e a sua memória**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Prof^ª. Ma. Ana Paula Cantelli Castro

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

C957s Cruz, Fernando de Sousa

A seca em Picos-Piauí nos anos de 1979 a 1985: o combate e a sua memória / Fernando de Sousa Cruz – 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (66 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador (A): Prof^ª. Ma. Ana Paula Cantelli Castro

1. Seca-Picos-1979-1985. 2.Frentes de Emergência.
3.História e Memória. I. Título.

CDD 981.812 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cicero Duarte N° 905, Bairro Jacono CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e tres (23) dias do mês de janeiro de 2017, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Fernando de Sousa Cruz** sob o título: **Seca em Picos – Piauí nos anos de 1979 a 1985: o combate e a sua memória**

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof^a Ms. Ana Paula Cantelli Castro;
Examinador 1: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 2: Prof. Ms. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 8,0.

Picos (PI), 13 de fevereiro de 2017

Orientador (a): Paula
Examinador (a) 1: Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador (a) 2: Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

FERNANDO DE SOUSA CRUZ

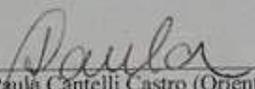
**A SECA EM PICOS – PIAUÍ NOS ANOS DE 1979 A 1985:
o combate e a sua memória**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Piauí, Campus Helvidio
Nunes de Barros, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em História.

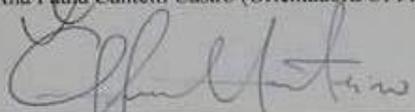
Orientador (a): Pro^{fa}. Ma. Ana Paula Cantelli
Castro

Aprovado em 18.02.17

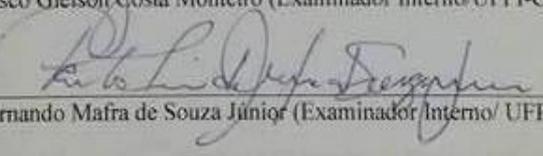
BANCA EXAMINADORA



Prof^{fa}. Ma. Ana Paula Cantelli Castro (Orientadora/UFPI-CSHNB)



Prof. Dr. Francisco Gleison Costa Monteiro (Examinador Interno/UFPI-CSHNB)



Prof. Me. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior (Examinador Interno/UFPI-CSHNB)

Dedico este trabalho a Deus, a toda a minha família pelo apoio, pelos ensinamentos e por ter acreditado em mim, e aos amigos que estiveram ao meu lado nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem ele nada é possível.

À minha família, que desde o início apostou as suas fichas em mim, cuja confiança me deu motivação para transpor limites nesta jornada acadêmica.

Aos meus colegas, pelos momentos que juntos compartilhamos e a todos os amigos que me apoiam com palavras de incentivo.

Aos meus mestres, desde as séries iniciais ao presente curso.

Ceguei ao fim de mais uma importante etapa em minha vida, com a ajuda de Deus, da minha família e de todos os que me querem bem.

“Meu sertão quando tá seco
É triste de fazer dó
Seca água nos açudes
A pastagem vira pó
Morre o gado no curral
E o galo no quintal
Não canta, pois ficou só.”

Paulo Godim

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal analisar o trabalho desenvolvido pelas frentes de emergência no município de Picos/PI, nos anos entre 1979 a 1985. Para isso, inicialmente, apresentamos uma breve contextualização acerca da seca nordestina e dos seus efeitos na sociedade picoense, onde o conteúdo que segue mostra como ocorreu o combate à seca, considerando nas informações a introdução das frentes de emergência criadas principalmente por órgãos governamentais, originando e desenvolvendo construções feitas para ajudar na amenização dos efeitos desta. Para uma melhor compreensão, tentou-se entender a origem desses órgãos, criados bem antes de tal fenômeno climático, no período histórico sobredito. O trabalho tem como elemento teórico a História e a Memória, subsidiados pelos documentos encontrados no 3º Batalhão de Engenharia e Construção – 3º BEC, sediado em Picos, e no Arquivo Público do Piauí.

Palavras-chave: Seca; Frentes de Emergência; História e Memória.

ABSTRACT

This monograph has as main objective to analyze the work developed by the emergency fronts in the municipality of Picos / PI, in the years between 1979 and 1985. For this, initially, we present a brief contextualization about the Northeastern drought and its effects in the Picos society, where The content that follows shows how the drought combat occurred, considering in the information the introduction of emergency fronts created mainly by governmental agencies, originating and developing constructions made to help in mitigating the effects of this. For a better understanding, it was tried to understand the origin of these organs, created well before such climatic phenomenon, in the historical period mentioned above. The work has as theoretical element the History and the Memory, subsidized by the documents found in the 3rd Battalion of Engineering and Construction - 3rd BEC, based in Picos, and in the Public Archive of Piauí.

Keywords: Drought; Emergency Fronts; History and Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Município de Picos.....	17
Figura 02: Mapa do Nordeste Brasileiro.	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Obras Desenvolvidas Pelo 3º BEC.....	35
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. SECA D'ÁGUA: efeitos da estiagem entre 1979 e 1985 em Picos – PiauÍ	16
1.1. Picos – PiauÍ	16
1.2. A seca e suas definições no Nordeste brasileiro.....	18
1.2.1. 1983	18
1.2.2. 1986	19
1.2.3. 2001	20
1.3. A seca de 1979 a 1985	23
1.4. A seca de 1979 e a evasão no PiauÍ, na perspectiva da mídia e da literatura	25
1.5. O início da intervenção e do combate à seca.....	29
2. AS FRENTE DE SERVIÇO EM PICOS – PIAUÍ	33
2.1. O início dos trabalhos	33
2.2. A fé do sertanejo nordestino.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	43
FONTES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva em seu conteúdo refletir a respeito do período de estiagem ocorrido entre 1979 a 1985, especificando a região de Picos – Piauí. Atentando para os acontecimentos da época, fez-se necessário o conhecimento das políticas de combate à seca, como a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e das frentes de trabalho desenvolvidas pelas ações de enfrentamento à estiagem, argumentando por meio de referências que os programas criados pelas políticas assistencialistas não foram capazes de absorver todos os problemas oriundos da seca.

Anote-se que aqueles mais assolados pela seca geralmente não tinham solução para dela saírem sem prejuízos e, sem outra forma de adquirir mantimentos alimentares, se sujeitavam ao apelo à fé, quando muitos recorriam a São José, um santo católico que se tornou um elemento cultural da região, alimentando a credence popular entre os sertanejos nordestinos, onde os picoenses não fugiram à regra.

Tratando-se da formação regional brasileira, considera-se que a porção territorial que hoje compreende a Região Nordeste é a mais antiga do país no contexto histórico da colonização. Em termos de ocupação demográfica e econômica, só foi fixada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1968, mediante o estabelecimento de uma divisão oficial do território nacional em macrorregiões.

O Nordeste brasileiro, em sua parte denominada de Sertão, apresenta as menores incidências de chuvas em relação à pluviometria nacional. As chuvas se apresentam geralmente entre dezembro e abril. No entanto, em determinados anos, isso não acontece como se é esperado, ocasionando um longo período de estiagem, dando origem à seca, provocando uma série de prejuízos aos agricultores, como perda de plantações e de animais, resultando na falta de produtividade, resultando em miséria, fome, doenças e morte. Esta citada área com incidências de chuvas abaixo da média nacional, quando tal fenômeno acontece, recebe poucas influências de massas de ar úmidas e frias vindas do Sul. Logo, permanece durante muito tempo uma massa de ar quente e seca, não gerando as chuvas.

A seca no município de Picos não difere da que acontece na maior parte do Nordeste brasileiro e não apresenta apenas um fenômeno climático. A própria história do lugar é originada a partir da seca, organizando por esta a identidade regional com a sua cultura, tudo construído em torno do fenômeno natural referido, o qual não é apenas um fenômeno geográfico e geoclimático, mas ela tem um elemento social muito importante para história local como a nordestina, tanto que os seus efeitos não se limitam a contextos de ocorrências

recentes, em absoluto. Ela começou a interferir ainda na época da colonização em parte do Nordeste, o que deixa certo que, ao longo da história, a economia picoense quanto a do Nordeste foi se desenvolvendo de acordo com a seca, fato este que perdura até os dias atuais.

Outro interesse no objeto de estudo desta monografia vem da memória pessoal a presenciar o sofrimento intenso causado pela seca, que ocasionou a morte de animais de patrimônio próprio. No decorrer do tempo houve, durante o período de estiagem sobredito e posterior ao mesmo, diversidades nas falas de pessoas das paragens de Picos/PI explanando o sofrimento intenso causado pela seca em períodos além do já especificado. Pelo fato de não entenderem que a climatologia levava à ocorrência das estiagens, surgiam questionamentos sobre o porquê de a seca acontecer apenas na Região Nordeste do país e por quais razões ela ainda não havia sido solucionada.

A construção deste trabalho pôde contar com importantes fontes, entre elas, a documentação existente no arquivo único do 3º Batalhão de Engenharia e Construção – 3º BEC, sediado em Picos/PI, quando foram trabalhados relatórios de obras desenvolvidas sob o comando do 3º BEC, controle de frequências e imagens das obras realizadas, estes documentos se tornaram eficazes para se ter conhecimento da grandiosidade das obras e de sua importância para população na qual empregaram milhares de homens e mulheres.

Além dos sobreditos documentos disponibilizados, este trabalho acadêmico conta com imagens de jornais encontradas no Arquivo Público do Piauí. Para a realização das entrevistas, houve a utilização de uma câmera de filmagens, quando participaram como entrevistados os senhores Antônio Raimundo da Cruz, Francisco Antônio da Cruz e Antônio Gonçalves Neto. As filmagens ocorreram de forma amigável, cujos entrevistados, entendidos da importância do trabalho para a nossa região, demonstraram interesse em poder contribuir com a pesquisa indagativa, mesmo não sendo soldados do 3º BEC e sem exercerem nenhuma atividade oficial para o mesmo, mas apenas trabalharam em obras coordenadas pelo órgão referido.

Ao se falar de história oral, o amparo que de imediato vem é a memória, principalmente em se tratando de história social. Segundo Nora (1993), história e memória se misturam, pois tudo o que chamamos de memória já é história; a necessidade da memória é a necessidade da história. Já em Amado e Ferreira (2006), a memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Le Goff (2003, p.419) também escreveu que “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Embora reconhecendo o valor da história em memória, sob a justificativa das referências acima, vale a pena anotar aqui que o trabalho de pesquisa deste texto acadêmico valorizou fortemente a história oral por meio das entrevistas já citadas, que aconteceram com pessoas que vivenciaram esse fenômeno e foram prejudicadas na sua produção pelos efeitos climáticos, sendo que algumas delas participaram e foram beneficiadas ou não pelas medidas de combate à seca.

Importa argumentar que “A história oral é um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2006, p.15). E não se trata de “um compartimento da história vivida, mas, sim o registro de depoimentos sobre essa história vivida [...]. Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho, para a produção do conhecimento histórico” (Idem, p.16).

Segundo Pollack (1989), a história oral, ao privilegiar a análise dos excluídos e dos marginalizados e ao dar importância às memórias subterrâneas, consente que a memória oficial entre em disputa com a memória “clandestina”, permitindo que se rompa o silêncio dos excluídos e reescreva-se a história. Seguindo tal linha de pensamento, a finalidade deste trabalho consiste em estudar a seca do período entre 1979 a 1985 que ainda hoje permeia a mente dos picoenses, pois a calamidade provocada pela mesma alterou profundamente o cotidiano da população local.

O trabalho está dividido em dois capítulos, sendo que no primeiro busca-se fazer um conhecimento prévio do município de Picos/PI, além de destacar a seca do Nordeste brasileiro e a sua definição na visão de autores como Domingos Neto (1983) e Andrade (1998), dentre outros estudiosos. O período analisado trata dos anos entre 1979 a 1985, onde se trabalhou a problemática da evasão populacional no território piauiense e o início da intervenção à seca.

No segundo capítulo, o conteúdo apresenta o começo dos trabalhos nas frentes de serviços picoenses, com a análise das construções realizadas no período supracitado e a grandiosidade de parte delas. A partir dos depoimentos das pessoas que trabalharam nessas obras ou vivenciaram as mesmas, possibilitou-se noções de conhecimento do cotidiano do trabalho desenvolvido e da fé quase peregrina por conta de parte da população.

Enfim, nos anos em que a estiagem perdurou, os empenhos governamentais, as manifestações da crença religiosa do povo nordestino, especificando-se as paragens piauienses de Picos, e tudo o que envolve o panorama da seca entre 1979 a 1985, no município picoense, compõem as reflexões desta construção textual monográfica.

1. SECA D'ÁGUA: efeitos da estiagem entre 1979 e 1985 em Picos – Piauí

O presente capítulo tem como objetivo abordar os fatos resultantes da seca compreendida nos anos de 1979 a 1985, no município de Picos/PI. Para a compreensão do que ocorreu no período citado, faz-se necessário conhecer a formação do município de Picos, entender a seca do Nordeste brasileiro e, para tal entendimento de forma conceituada, importa refletir acerca do conceito de seca na visão de autores que tratam do assunto, conforme o que segue ao longo das considerações textuais.

1.1 Picos – Piauí

O início do povoamento de Picos se deve com a instalação do Governo Geral no Brasil-Colônia, já no início do século XIX, o que ocasionou, entre outros ganhos, a expansão da pecuária no Nordeste brasileiro, especialmente na região que vai do Médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites dos atuais estados do Piauí e Maranhão. De acordo com Prado Júnior (1999), a escolha dessa região para a criação de gado *vacum* ocorreu, em parte, por conta de algumas condições geográficas características daquela área do país que facilitavam a penetração do homem no território.

Um conjunto de fatores diversos foi eficaz ao favorecimento do povoamento do Piauí. Um deles se deve à imensidão do território e às facilidades existentes de penetração oportunizada pela Caatinga nordestina, a qual fez com que as imensas boiadas baianas se espalhassem pelo Piauí, fazendo com que os currais aqui instalados atraíssem outras pessoas em busca de áreas ainda não ocupadas.

Tratando-se do território que hoje corresponde ao município de Picos, este teve a sua origem no século XVII, quando o português Félix Borges Leal, vindo da Bahia, instalou no local a fazenda Curralinho, às margens do rio Guaribas. Uma das concepções para escolha do local da instalação se deve por esta ser considerada excelente para agricultura e criação de gado, conforme explica o texto adiante:

A tradição oral relata que os primeiros grupos que ali se instalaram geralmente chegavam pelas veredas ribeirinhas, sempre estes grupos atentos a tudo que os rodeava, a flora e, principalmente, a qualidade da terra, verificando se esta apresentava boas condições de pastagens para criação de gado *vacum* e se as localidades consideradas ideais para o assentamento não

apresentava sinais de posse, como cerca de pedras, currais e cabanas. (VARÃO, 2007, p.16)

Informações contidas em um documento redigido pelo Pe. Miguel de Carvalho, no ano 1967, para o Bispo de Pernambuco, retrata a existência de fazendas localizadas às margens do rio Guaribas.

A primeira fazenda na cabeceira deste riacho se chama o Buraco; estando nela Antônio da Silva com 2 negros; dista da que se lhe segue 2 léguas. A segunda se chama Pedras; nela Sebastião Pereira com um negro; dista da que se lhe segue 2 léguas. A terceira se chama Sussuapara; estão nela Manuel Travassos Borges com 2 negros; dista da que se segue 2 léguas. A quarta se chama Samambaia; estão nela Aleixo de Barros Galvão com um Índio, e o senhor da fazenda é o Alferes Francisco Bezerra Correia com 3 tapuias, dista da que se segue 2 léguas. A quinta se chama Boqueirão; está nela João de Sousa com 2 negros, e o senhor da fazenda o Capitão Alexandre Rebelo de Sepúlveda com uma cabocla; dista da que se segue 2 léguas. A sexta chama-se o Tucano; está nela Antônio Barbosa Bezerra com um negro e um tapuia, esta na Barra e é a última deste riacho. (CARVALHO, 1993, p.20).

Com o passar dos anos, foram chegando vários parentes de Borges Leal e iniciaram o núcleo populacional no qual deu origem à cidade de Picos. O nome de Picos deu-se devido aos montes picosos que cercavam a localidade. Devido às boas condições do solo, o lugar atraiu vários compradores de equinos das então províncias de Pernambuco e Bahia, iniciando assim o povoamento da região. A primeira capela do lugar foi estabelecida em 1828 e recebeu como nome Capela de São José, mais tarde denominada “Coração de Jesus”.

A imagem abaixo apresenta a divisão atual do município de Picos, no Estado do Piauí.

Figura 1: divisão territorial do município de Picos – Piauí



Fonte: Wikipédia. Disponível em:

<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1504409>>. Acesso em: 23/06/2016

Sobre os aspectos historiográficos de Picos, ressalte-se que

Já bastante desenvolvido, criado através da resolução provincial N° 308 de 11 de setembro de 1851, o povoado sob o rogo de Nossa Senhora dos Remédios, e o seu território desmembrado de Oeiras, há cujo tempo foi anexado o seu distrito Judiciário, foi povoado, através da resolução provincial N° 397 de 20 de dezembro de 1885, elevado à categoria de vila, cuja instalação se verificou a 03 de junho de 1859. Na ordem judiciária ficou pertencendo à comarca de Jaicós, da qual foi desligado, para formar como município de Patrocínio (atualmente Pio IX), a comarca de Picos criada pelo decreto de 28 de dezembro de 1890, a vila foi elevada a categoria de cidade, pela resolução N° 33, baixada pelo Governo do Estado, chefiado naquela época pelo Barão de Uruçuí (SOUSA, 1983).

1.2. A seca e suas definições no Nordeste brasileiro

A seca é um processo que perdura em algumas regiões do nosso planeta há bilhões de anos. Caracterizada pela ausência de recursos hídricos para diversas formas de utilização, ela é resultante dos fenômenos naturais, os quais ocorrem com peculiaridade nos processos regidos pela natureza. No Brasil, esse fenômeno acontece com maior frequência na Região Nordeste, que possui um clima semiárido, cuja seca assola boa parte da região. Pensando nisso, para uma melhor compreensão de tal fenômeno, observando também o despreparo de autoridades nacionais frente às calamidades que avultavam em decorrência dele, e não havia um capital voltado à indústria e ao desenvolvimento. Como nas regiões Sul e Sudeste do País, este texto reflete sobre o que ocorreu entre 1979 a 1985, tendo sido estes os piores anos de seca dos últimos séculos com a pior estiagem que se teve conhecimento na região estudada.

O conceito de seca é equivoco, não há uma definição concreta e exata sobre a mesma. Em diferentes períodos da nossa história, pesquisadores de áreas distintas definiram o conceito de seca com bases definidas em suas linhas de pesquisas e estudos. A seguir, expõem-se algumas definições importantes para se ter conhecimento dessas mudanças temporais desde a época colonial até os dias atuais.

1.2.1. 1983

Em 1983, pesquisadores e historiadores Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges definiram o conceito de seca como muito mais que um fenômeno climático, sendo acima de tudo, um fenômeno social.

A linguagem corrente consagrou o termo “seca” para designar este flagelo social. O termo está ligado ao comportamento do clima, mas, de fato, contém uma significação bem mais ampla e complexa que a simples falta ou irregularidade de chuvas. Transcende da mesma forma e amplamente, aos episódios dos flagelos sociais (DOMINGOS NETO, 1983, p. 15).

O conceito de seca não possui uma definição rigorosa e universal. É interpretada de modos diferentes em regiões diferentes, com características distintas.

1.2.2. 1986

O historiador e geógrafo Andrade (1986) descreveu o conceito de seca em uma das mais de cem obras nas quais publicou, como afirma o trecho textual abaixo:

Há dois tipos de seca no Nordeste, a anual, que dura de sete a oito meses, correspondendo a um longo período de estio entre dois períodos chuvosos de três a quatro meses, e que não se constitui um grande problema, de vez que o sertanejo já está adaptado a ela e dispõe de reservatórios d’água que dão para atravessar este período. Ao lado desta existem secas periódicas, de difícil previsão e que se efetivam quando em um período normalmente chuvoso – dezembro a março – não caem às chuvas esperadas, fazendo com que aquele período seco de sete a oito meses se estenda por dois e às vezes três a quatro anos (ANDRADE, 1986, p.126).

Podemos observar que Andrade consagra a seca nordestina em dois modos, e que a mesma ocorre todos os anos, pois uma ocorre por meses e a outra ultrapassa anos, mas, devido a esse fenômeno, o seu povo carrega muitos “estigmas”. Há muito se reconhece que as secas periódicas que castigam a zona semiárida do Nordeste assumem dimensões de calamidade pública devido à situação de pobreza em que vive a maior parte dos seus habitantes, estimados em 18 milhões no ano de dezembro de 1999 (Brasil; GTDN, 196, p.67; DUQUE, 1973, p.33).

Porém, isso se deve principalmente às condições ambientais e ao modelo de atividade econômica agropecuária, que dependente do ciclo das chuvas, onde não há um preparo para as fases de estiagem durante um período maior predominante nessa região. Na realidade, são essas secas e os stigmas em relação a elas que serão discutidos neste trabalho, considerando-se serem dilemas constantes para o sertanejo nordestino desde o século XVI.

1.2.3. 2001

Não muito diferente do conceito dos demais estudiosos, os então pesquisadores da área de engenharia hidráulica e ambiental da UFC (Universidade Federal do Ceará), Campos e Studart (2001), descreveram:

O conceito de seca está intimamente relacionado ao ponto de vista do observador. Embora a causa primária das secas resida na insuficiência ou na irregularidade das precipitações pluviiais, existe uma sequência de causas e efeitos na qual o efeito mais próximo de uma seca torna-se a causa de outro efeito e esse efeito passa a ser denominado também de seca. (p.4).

As mídias do Sul e Sudeste observavam e divulgavam a seca como forma de assegurar êxodos e mão-de-obra barata ao desenvolvimento do Centro-Sul geoeconômico. Normalmente, nos anos em que ocorrem as secas, a água não se acumula o suficiente nas lagoas, rios, açudes ou barragens para durar o ano, redundando em grandes prejuízos, pois os animais e as plantações terminam morrendo, o que contribui para o aumento das dificuldades na vida das pessoas. Os efeitos das estiagens atrapalham os cultivos de forma direta, por ocorrerem no período em que as plantas mais precisam de água para a floração e para a frutificação. Para um melhor entendimento dessa abrangência, iremos seguir a imagem que expõe divisão política da Região Nordeste do Brasil.

Figura 02: Mapa político do Nordeste Brasileiro



Fonte: Portal Nordeste Brasileiro. Disponível em: <<https://brasilbrasileiro1001.wordpress.com/nordeste/>>. Acesso em: 23/03/2016.

Contudo, os fatores que levam à calamidade não se voltam apenas para a falta das chuvas. “O Nordeste tem um inverno razoável, mas sua estrutura social é muito frágil, porque depende diretamente da agricultura. E quando a agricultura desaparece, por causa da seca, fica-se sem comida” (FURTADO, 1998, p.18). Mesmo em períodos bem diferentes, não há uma definição tão adversa entre as definições dos autores.

Muitos caracterizam o Nordeste brasileiro como a região da miséria, desconsiderando as suas riquezas e o aproveitamento destas para o bom uso do solo. Há quem veja apenas os pontos negativos, segundo o que se destaca em Araújo, a partir das informações de que o

[...] Nordeste, região problema, Nordeste da seca e da miséria, Nordeste sempre ávido por verbas públicas, verdadeiro poço sem fundo em que as tradicionais políticas compensatórias de caráter assistencialistas, só contribuem para consolidar as velhas estruturas socioeconômicas e políticas, perpetuadoras da miséria. Essas são apenas visões parciais dessa região nos dias presentes. Revelam parte da verdade sobre a realidade econômica e social nordestina, mas não apresentam os fatos novos dos anos mais recentes. Não revelam a atual crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas (ARAÚJO, 1995 p. 132).

O historiador Araújo (1995) define o Nordeste como a região-problema, sendo ela historicamente esquecida, cujas providências só eram tomadas depois de estar quase tudo aniquilado pela força dos problemas da seca. Os relatos do drama da seca no Nordeste não são recentes, mas remontam às primeiras décadas da ocupação europeia. “O drama da seca tem um longo histórico: o primeiro Registro da ocorrência de seca nos documentos Portugueses é de 1552, três anos após a chegada do Primeiro governador geral, Tomé de Souza” (VILLA, 2000, p.17).

Apesar de existirem registros da seca desde a época da colonização, isto não significa que foram tomadas providências cabíveis desde o início dos relatos da mesma, pois sempre existiram problemas oriundos da estiagem, não apenas após a sua relevância enquanto problema social.

A seca na região semiárida só passou a ser considerada como problema relevante no século XVIII, depois que se efetivou a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina. Desde então, as secas passaram a entrar de forma permanente nos relatos históricos, enfatizando a calamidade da fome,

e acusando os prejuízos dos colonizadores e das fazendas de gado. A fuga do sertão foi uma das primeiras atitudes da população, permanecendo como prática até os dias atuais, na forma de migração de nordestinos para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste (SILVA, 2006, p.39).

A costa nordestina foi, inegavelmente, dentre a grande extensão litorânea brasileira, a primeira a ser explorada (ANDRADE, 1998, p.59). Um dos fatores causadores desse desbravamento de início na Região Nordeste se deve às riquezas obtidas nos engenhos do litoral, “grandes canaviais que enriqueciam meia dúzia em detrimento da maioria da população” (Idem, 1998, p.23). Fatores assim levaram essa economia a predominar no litoral brasileiro, mas surgiu a necessidade de adentrar esse povoamento no território desconhecido até então, e não seguir a produção e o povoamento somente na Zona da Mata.

A economia açucareira atuou como fator dinâmico da expansão da pecuária, depois que o açúcar se tornou negócio de alta rentabilidade. A demanda de carne, como animal tiro, crescia. Mas os recursos disponíveis voltavam-se exclusivamente ao setor canavieiro. Na zona dos engenhos, a própria produção de alimentos para os escravos era antieconômica. Assim, a criação de gado tornou-se impossível nas imediações. Resolve-se o impasse buscando o sertão. As distâncias cada vez maiores reduzem a rentabilidade dos currais em relação aos resultados do açúcar. Sempre mais longe, terminou a pecuária por ocupar o interior piauiense (SANTANA, 2001, p. 39).

De início, esse povoamento se deu apenas no litoral nordestino, onde era produzido o açúcar. Mais tarde ele ocorreu para o interior do Nordeste. Isso se deve principalmente à criação de gado e às instalações de fazendas.

Esse povoamento do interior nordestino foi ocorrendo mata adentro, por esses homens “independentes”, que ao se fixarem no sertão, se encontravam em um tal isolamento devido as distâncias, e são, justamente devido a essa distância, que esses homens, se fechavam em seus mundos e criavam uma sociedade com valores diferentes dos valores vigentes no litoral, se distanciando socialmente inclusive do mundo europeu e como consequência isso provocou um “orgulho” na figura do vaqueiro que se colocava no topo dessa sociedade e logravam para si, diversas atividades e “especialidades” (LIMA, 2011, p.15).

A partir de então surge o conhecimento da importância da criação do gado na história do Nordeste, a qual caminha, ao longo do tempo, de forma associada à seca.

Nos primeiros tempos, a criação de gado foi uma atividade a que alguns se dedicaram com espírito demasiado independente para se submeterem à hierarquia social rígida da civilização açucareira; como não dispunha de capital para montar engenhos, adquirir escravos e plantar canaviais, procuraram estabelecer-se sempre nas proximidades da costa de rios navegáveis, uma vez que os transportes por água eram os únicos usados para grandes travessias (ANDRADE, 1998, p. 137).

Há quem diga que a seca é uma constante na história do Nordeste brasileiro, pois a mesma interferiu ainda na época da colonização. O histórico foi desenhado de acordo com os efeitos do referido fenômeno climático. A economia do Nordeste e a sua cultura são frutos das causalidades absorvidas pela seca no Sertão. Elas, no entanto, não apenas evidenciam os extremos da miséria, mas são também momentos em que os sertanejos, distanciados de seus modos de vida originários, vivenciam novas experiências (NEVES, 2000). Pode-se dizer que a seca é um grande e histórico problema socioeconômico do Nordeste brasileiro. Por que então nunca foram tomadas providências cabíveis e necessárias para amenizar as consequências da mesma, já que tal fenômeno assola a região há tantos anos? Não há uma resposta exata que possa satisfazer a este questionamento, mas pode-se ter uma ideia de que isso se deve pela falta de preparo para tal fenômeno. Assim,

Até fins da década de 1950 e início da década de 1960, o combate à seca era principalmente de caráter assistencialista, por isso a intervenção governamental ficou conhecida por “política assistencialista”. Já, a partir da década de 60, há uma nova visão sobre o problema da seca no Nordeste, e consequentemente tentativas diferentes de combater esse fenômeno ocorrem, é a chamada “política de desenvolvimento” (LUZ, 2013, p. 27).

Por fatos assim, nos questionamos pela dificuldade em resolver um problema que não é estranho, pois acontece com frequência. Não se sabe exatamente o que levaria aos governantes não proporem alternativas para solucionar os problemas oriundos da seca, já que não eram recentes e se tem notícias de tais problemas desde a época da colonização.

1.3. A seca de 1979 a 1985

Setembro passou/ Outubro e Novembro/ Já tamo em Dezembro/ Meu Deus, que é de nós,/ Meu Deus, meu Deus/ Assim fala o pobre/ Do seco Nordeste/ Com medo da peste/ Da fome feroz (ASSARÉ, Patativa do. **Triste Partida**).

No início da canção *Triste Partida*, Patativa do Assaré descreve a falta de chuva que acontece nos meses que geralmente seriam os iniciais do período chuvoso no Nordeste brasileiro. É oportuno registrar que a canção consente aquilo que aconteceu por séculos, principalmente nessa região, onde o sertanejo mais atingido pela seca espera meses pela chuva; quando estas não chegavam e já não era mais suportável, perdendo estes a fé no santo padroeiro das chuvas, parte dos sertanejos sujeitava-se a diversos meios de sobrevivência.

Geralmente quando o prolongamento da estiagem acontecia na região citada, o caminho mais recorrido pelos nordestinos era São Paulo, já que não havia o investimento em outras culturas econômicas nordestinas que pudessem dirimir os tantos prejuízos advindos da estiagem. A canção referida expõe uma história não muito distante, representando momentos de penúria dos sertanejos nordestinos mais pobres, geralmente os mais prejudicados e mais assolados pela seca.

Os entendimentos sobre a questão defendem que os momentos mais difíceis no Nordeste em relação ao tema da seca foram os anos entre 1979 e 1985. Hoje, por conta desse fenômeno, ainda há problemas e sofrimentos, não com o grande número de migração, como em outras épocas, dados os programas sociais criados pelo governo.

A última grande seca do Nordeste ocorreu no período sexenal supracitado, ainda na época da Ditadura Militar no Brasil, quando o país se encontrava em um enorme desmoronamento econômico. A seca teve muita importância para os meios de comunicação, uma vez que foi a primeira em que os canais de televisão puderam reproduzir as imagens. Segundo Domingos Neto, tal problema no Piauí não estava na falta d'água e sim na sociedade e na irregularidade das chuvas, mas ele se agravou quando houve a grande estiagem que atingiu milhares de nordestinos, incluindo os piauienses, conforme afirma o texto abaixo:

Na história brasileira ocorreram ciclos de estiagem das chuvas, que ficaram registrados com maior riqueza de detalhes, seja por sua duração ou consequências para população humana, ou mesmo pela divulgação empreendida pela imprensa e literatura que as abordam repetidamente. Dentre eles, foram os ocorridos, principalmente, entre os séculos XVIII e XX, são eles: 1778-1779; 1877-1880; 1915-1919; 1932; 1952-1958; 1970 e 1979-1984. (MARQUES; BRANDIM, 2009, p.107)

Este último período se destaca entre os demais pela penúria provocada pelos efeitos da seca, levando milhões de sertanejos nordestinos a passarem fome e sede, devido à escassez das chuvas que levou à falta de alimentos e de água para o consumo humano, fatores estes que se tornaram tão comuns na época.

Um fator relevante a cerca dos períodos de estiagem, é que eles passaram a ser vistos como algo além de fatores meramente climáticos, para constituírem-se elementos, os quais se criaram ciclos de dependência social, e forma de intervencionismos paliativos frente à condição de miserabilidade social (SOUSA, 2014, p.19).

A esperança por um sertão menos assolado pela estiagem era grande. Praticamente não era mais possível ver folhas verdes nas matas; a maioria estava seca e sem folha. O céu sempre se mostrava cinzento, com um tom de tristeza, segundo Fontes Ibiapina, e também:

A crise continuando. Um sol tirano! A mata toda de cabeça raspada, sem uma folha verde sequer na carapuça cinzenta. Nem paus-d'arco, nem cascudos floravam. Ora que desolação sem termo! Seria que a mata havia morrido de fome e sede?! Seria que não mais enramasse mesmo que um dia ainda chovesse naquela terra!? A caatinga toda assim como se uma coisa morta diante dos olhos do povo. Haveria ela morrido mesmo? Talvez. Bem capaz. Pelo menos só o que mais parecia. Já o céu, todo tempo naquele azul espapaçado. Sem uma sequer por pequena que fosse mancha de nuvem. Assim também como se uma coisa morta, tal qual a caatinga. Um manto morto cobrindo o povo, o Piauí, todo o mundo da fogueira sem fim do rebentão (IBIAPINA, 1971, p.150).

Devido à grande calamidade da população, ocasionada pelos efeitos da seca de 1979-1985, o governo brasileiro interviu como forma de amenizar as consequências dos problemas oriundos desta, mas não foi a primeira vez que se deu a intervenção do poder público. D. Pedro II começou a construção do açude de Cedro em Quixadá, no estado do Ceará, sendo o mesmo concluído na República. Por diversas vezes, houve tentativas de convivência sem tantos prejuízos com a seca, mas nem sempre esses projetos foram consumados e persuasivos.

1.4. A seca de 1979 e a evasão no Piauí, na perspectiva da mídia e da literatura

O Piauí já não era totalmente “esquecido”. Além de obras da literatura que o inseriam aos estereótipos da seca, jornais de grande circulação passam a caracterizar o encaixe natural, político e discursivo nas práticas e nas imagens do Nordeste seco. O jornal *O Dia* destaca em sua coluna, escrita pelo articulista e professor Cunha e Silva, o “drama social” vivido pelos piauienses, pois o estado recebia um tratamento inferior em relação aos demais estados assolados pela seca. Este jornal era de grande circulação no estado do Piauí.

A imprensa do Rio e de outros Estados preocupa-se exclusivamente, quando trata do problema da seca do Nordeste, com a situação calamitosa do Ceará, do Rio Grande do Norte e Paraíba, como se os outros Estados nordestinos, inclusive o Piauí, não fossem atingidos pelo nível flagelo das irregularidades climáticas. Os próprios poderes federais fazem coro ao que dizem os jornais, pelo que prestam aos três Estados aludidos toda espécie dizem os jornais, ajuda material, enviando até gêneros alimentícios aos flagelados, enquanto para o Piauí mandam apenas migalhas [...]. Em várias zonas do Estado a falta de chuva estava causando sérias apreensões aos sertanejos, pois, aqui e acolá, viam-se animais mortos pelas estradas e veredas – vítimas da sede e da fome. [...] A paisagem vegetal da nossa terra estava adquirindo o mesmo aspecto de outras terras nordestinas, quando assoladas por longas estiagens. A vida, em alguns municípios do Estado, estava se tornando insuportável para muita gente que vive da pequena lavoura e criação. O êxodo de sertanejos estava na iminência de despovoar diferentes recantos do Estado e concorrer para aumentar, assim, o drama social da nossa terra. (SILVA, 1958, p.6).

Segundo o jornalista Cunha e Silva o Piauí era esquecido e menosprezado em relação as ajudas cedidas aos demais estados assolados pela seca. Várias publicações de jornais abordaram e chamaram atenção para o fenômeno da seca. João Jacques destaca, em sua crônica no Jornal *O Povo*, a deficiência do Piauí desde a estreiteza do seu litoral em relação aos demais estados nordestinos, até mesmo para se expandir economicamente. Segundo as suas palavras,

Cada dia me convenço mais da necessidade de um bom serviço de realizações públicas [sic] para cada estado da Federação, sobretudo para aquelas unidades que não tem o mar por vitrine e se escondem no fundo da loja sob a poeira do tempo e as casas de aranha do esquecimento oficial. Piauí, por exemplo, é um caso flagrante da falta absoluta de propaganda e contatos com a União. Parece um quisto intercostal espremido ou barrado entre dois sistemas, um de serras e outro potamográfico, com “olho” ou saída muito estreita para o oceano. A política de corrilho tem obstaculado sobremaneira a expansão econômica ou mesmo um lugar ao sol nas cogitações nacionais. (JACQUES, 1960, p.2).

O fato é que desde muito tempo, antes mesmo da calamidade provocada pela seca de 1979 e que se perdurou até 1985, jornais de renome estadual e nacional já destacavam o drama sofrido pelos retirantes. Há anotação de Alfredo Albano em uma coluna do Jornal *A Flâmula*, 1952, dizendo que a seca que quase sempre atinge o Nordeste, é um dos piores flagelos. Ele destaca as consequências, a exemplo das mortes ocasionadas por esse fenômeno como um raio mortífero.

Destacava-se a prática de migração do Estado do Piauí em relação aos demais estados do Nordeste, como Ceará, Pernambuco e outros. O único que estava excluído de tamanha calamidade era o Maranhão, que por sua vez, servia como destino dos retirantes. Lendo-se Albano (1952), a seguinte porção textual enfatiza que

Com isto, todo dia assistimos à passagem das vítimas: “OS RETIRANTES” como um bando de aves que procura um lugar mais aprazível para fazer seus ninhos, eles passam em demanda do nosso vizinho Estado do Maranhão, procurando um local ameno para lavrar e tirar da terra, esta terra que tanto nos dá, mas agora insiste em ser a madrasta perversa que nega tudo ao enteado, teima em não dar seus frutos a seus filhos, o pão que matará “a fome que os consome”, e os criará mais fortes para que o Brasil seja também forte, pois segundo o grande brasileiro Euclides da Cunha, “O SERTANEJO É ANTES DE TUDO UM FORTE”. (ALBANO, 1952, p.3)

Ibiapina descreve a emigração como um fato comum entre os sertanejos nordestinos, mas nem sempre foi assim, algo contrário permeou no século XX, depois da seca de 1877, onde os destinos dos migrantes eram o Maranhão e o Piauí, numa região com um clima mais ameno, mas ainda assolada pela seca. No entanto, essa migração se modificou, os piauienses já não estavam mais acolhendo retirantes, pois até eles próprios passaram a sê-los também.

Apesar de se tornar comum a evacuação dos sertanejos em busca de sobrevivência e da gravidade da calamidade provocada pela falta de chuvas, é necessário entender que o processo de migração não se deve exclusivamente como uma forma de fugir das secas. O filósofo francês Cornelius Castoriadis, contrapondo-se à ideia de determinidade defendida pelos estruturalistas, afirma que as possibilidades de criação no domínio de um dado contexto sócio-histórico tornam-se possíveis pelo fato de as sociedades humanas serem diversas, autônomas e marcadas por escolhas criativas e particulares. No entanto, podemos dizer que toda sociedade é uma construção, como também podemos definir como uma constituição, ou uma criação de um mundo, de seu próprio mundo.

Nesse sentido, deduz-se que o movimento migratório não deve ser compreendido apenas como uma forma fugir das secas. É plausível que parte dessa migração seja resultante de um sistema comum na época, na qual se marginalizavam os homens livres pobres, aproveitados pelo monopólio das propriedades das terras, pelo grande latifúndio que existia e pela presença ainda da mão-de-obra escrava.

Acerca de tais fatores e consequências para com os sertanejos, caberia uma forma de dizer não à situação em que se vivia; haveria uma forma mais provável para se ter uma vida

melhor ou mesmo diferente da que eles levavam, e esta forma seria migrar em busca de um lugar social onde se pudesse driblar o sistema excludente pretendido pelas elites locais. Por casos assim, sucedeu-se o processo de migração. E neste particular, Ibiapina destaca que:

Não havia quem contasse os retirantes que passavam por aquelas estradas. Tanta gente morrendo de fome! Muitos eram mesmo daqueles arredores. Mas, a maioria tratava-se de povos de outras terras – Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas. Vinham aos troncos e barrancos. Tudo quanto de pobreza se botando para o Maranhão, à procura de chuva (IBIAPINA, 1965, p.18).

A citação acima destaca a grande quantidade de retirantes que buscavam novos horizontes. E ainda:

A emigração engrossava. A imigração também. Homens magros: mulheres também magras, crianças cadavéricas que vinham de outras terras não menos infelizes – Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, uma ponta da Bahia e parte de Minas Gerais (que até parece mentira). [...] O maior cemitério do mundo – o cemitério do polígono das secas neste nosso Nordeste velho de estimação. (IBIAPINA, 2001, p.35).

Ibiapina descreve o Maranhão como “a salvação” dos mais assolados pela seca, onde não faltavam alimentos, diferentemente dos demais estados do Nordeste, no Maranhão a chuva não o desprezou. E também:

País bom era o Maranhão. Terra boa. Por que Deus mandava sêca ao Piauí e outras paragens e no Maranhão não havia sequer Repiquê?! Seria prevenção? Terra boa. De fartura. [...] de fome, cristão nenhum encostaria o chapéu e as alpercatas depois de cruzar os pés nas terras do Maranhão. Aquilo era que era terra! [...] O consolo era que o Piauí velho também tinha lá as suas vantagens. Mais gado do que qualquer outro pedaço de terra em cima do chão. Até mesmo mais fartura em ano bom de inverno. Vilas adiantadas, como as dos Picos mesmo era uma. Tirando as Sêcas, o Piauí era melhor que o Maranhão em muitos pontos de vista. Além de tudo, o povo comentava que por lá existia um tal de impaludismo que era uma coisa doida. [...] Outra coisa infeliz no Maranhão era a tal da macumba. O povo de lá quase que só vivendo de feitiçaria, de fazer mal aos outros. Terra de gente feiticeira. Terra de nação de povo perverso (IBIAPINA, 1971.p.137).

Apesar de muitos dos flagelados terem se enveredado para o Maranhão, a imprensa local não deixava de lado a situação vivida pelos sertanejos piauienses e a forma em que a

natureza se encontrava. O estudante Alfredo L. Albano descreveu em uma nota no *Jornal Flâmula*, onde destaca a naturalidade e a beleza das paisagens do nordeste durante o período chuvoso, beleza esta que só dura nesse período. Quando chega o estio, tudo se transforma, desde as matas, até mesmo os pássaros param de cantar.

1.5. O início da intervenção e do combate à seca

Para ajudar àquela fé quase peregrina de parte do povo nordestino, o governo iniciou a criação de órgãos, a fim de combater as consequências originadas pela devastação da seca. Vale destacar que a intervenção governamental só acontecia quando os sertanejos estavam extremamente prejudicados pela seca.

A ação do governo, desde os tempos coloniais, se manifestava apenas pela distribuição tardia de socorro, quando a crise – atingindo já o seu maior grau de intensidade – não permitia que esses socorros fossem dados com proveito para o Estado: gastavam-se somas avultadíssimas sem que obras de utilidade ficassem atesta dos sacrifícios feitos. (LYRA; ROSADO, 1981, p.47).

O que o autor relata acima é que os governos até então estavam preocupados apenas em amenizar os efeitos da estiagem, sem deixar obras ou benefícios que ajudassem a diminuir as consequências devastadoras de secas futuras. No entanto, Eloy Castriciano de Souza (1873-1959), nascido em Pernambuco e crescido no Rio Grande do Norte, dá um passo enorme para a criação de órgãos que combatessem as secas e os seus dilemas. O mesmo, no ano de 1907, idealiza e redige regulamento para criação da Inspetoria de Obra Contra as Secas (IOCS), Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, mais tarde denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), Decreto nº 13.687, de 1919, hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Decreto-Lei nº 8.468, de 28 de dezembro de 1945.

Em 1910, ele foi ao Egito visitar as grandes barragens e o sistema de irrigação perene. De Alexandria, viajou para Jerusalém, Paris e para as cidades suíças Lousanne e Interlaken (SOUZA, 1975). Depois das viagens e com as experiências adquiridas, apresentou um projeto à Câmara dos Deputados para implantação de um programa de obras de irrigação.

Em suma, Eloy de Souza se destacou pelo pioneirismo na criação de Leis de combate às secas, iniciando a campanha de irrigação através de técnicas modernizadoras inspirando na última geração da tecnologia adotada na

Argentina, Egito, Inglaterra e os Estados Unidos propiciando a perfuração de poços, construção de estradas, visando solucionar os problemas das secas e de atraso regional. (FILGUERA, 2011, p. 23-24).

O DNOCS substituiu a IFOCS, e esta já havia substituído a IOCS. A criação desses órgãos tinha como principal objetivo desenvolver o Nordeste e compará-la ao Sul e ao Sudeste do país. Por esses fins, ocorreram a criação e o aperfeiçoamento de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CHESF), para integrar e promover a região pela valorização da agricultura, geração de energia e incentivo à industrialização, ao mesmo tempo com o intuito de servir como combate aos efeitos da seca.

A criação destas instituições resulta tanto da eficiente cristalização do Nordeste enquanto recorte regional, nas décadas anteriores, como da atualização das práticas regionalistas com o objetivo de continuar atraindo investimentos e verbas do Estado Nacional, mas desta vez com argumentos renovados (CASTRO, 1992).

Entretanto, mesmo que o Nordeste brasileiro passasse por um momento de crise, de esperanças quase irresistíveis, havia momentos e ocasiões que acendiam a fé de um povo que não tinha quase alternativa para se sobressair da miséria. Pessoa (2004), considerando 1918, não divergia do que era executado em pequena escala nos anos anteriores, a escavação de poços e a construção de açudes e barragens, que tinham o propósito de acumular a água dos períodos de grande precipitação pluviométrica. A solução desejada não foi alcançada de imediato, o reconhecimento dos débeis esforços está na própria mensagem presidencial de Venceslau Brás, comunicando ao país que, em 1914, somente 42 poços haviam sido escavados, sendo 33 privados e apenas 9 públicos (VILLA, 2000, p.102). O presidente tinha uma ótica diferente, como maneira mais eficaz de solucionar o problema.

Sabe-se hoje que no nordeste há irregularidade, mas não faltam chuvas. Tudo está em poder armazenar-se as águas cabidas nos meses chuvosos, para gastá-las na irrigação durante os meses da seca. Construídas as barragens para a formação de açudes e abertos os canais de irrigação, virá por si a colonização das terras por essa gente laboriosa, cuja coragem e resistência assombram os que não lhe conhecem as virtudes. (PESSOA, 2004).

Apesar de todo esse encaminhamento para as soluções desses problemas do interesse de Eptácio Pessoa em preparar a região para o enfrentamento do fenômeno, houve fracasso.

Conforme Guerra (1981, p.60), aconteceu um frenesi de importação de máquinas, equipamentos e até de cimento (que o Brasil não produzia) para construção de açudes, estradas de ferro e rodovias que cortaram o interior do Nordeste. A política voltada para região era a de desenvolver imensos reservatórios de água com o intuito de erradicar a miséria responsável pelo principal capital político das oligarquias locais. Por outro lado, havia os cafeicultores paulistas e a defesa intransigente de seus interesses, contrariados com a aplicação de recursos no Nordeste (VILLA, 2000, p.136).

No entanto, o que se esperava de crescimento foi rompido. O percussor desse rompimento se deve a Artur Bernardes, sucessor de Epitácio Pessoa, sob um discurso ambíguo de que as obras haviam alcançado êxito e que o fluxo de recursos podia ser reduzido (VILLA, 2000, p.137). Diferentemente de Bernardes, Getúlio Vargas (1930-1945) conservou a lógica vigente da construção de açudes, mas também de outras obras como a construção de rodovias. Uma dessas rodovias foi a Transnordestina (posteriormente incorporada à BR-116), que visava ligar Fortaleza ao Sudeste do país (GUERRA, 1981, p.68).

No entanto, aqueles órgãos que deveriam auxiliar o sertanejo nem sempre aprimoravam seus fins, pois acabavam, muitas vezes, servindo principalmente para a elite “sugadora”. Exemplo disso a maciça concentração de terras com latifundiários detentores de imensas propriedades que abrigavam boa parte das obras executadas pelo DNOCS nas décadas anteriores e cujo uso atendia a interesses particulares (GUIMARÃES, 1981, p.213).

[...] diversas agências do governo federal se transformaram em apêndices da oligarquia nordestina. O DNOCS, controlado pela oligarquia cearense, ficou conhecido como o exemplo mais acabado do uso privado de recursos públicos. Boa parte das obras foi realizada para favorecer os interesses de políticos locais e empregar seus eleitores. Nos momentos de seca, o órgão privilegiou as reivindicações da região. (VILLA, 2000, p.167).

Apesar do esforço por conta de uns e a má-fé por outros, que se aproveitavam da miséria para enriquecer os coronéis, ainda existia uma esperança para o sertanejo nordestino: a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, cuja criação colocou o DNOCS sob a sua supervisão. A partir da SUDENE, a execução das obras que seriam realizadas pelos DNOCS passou ao seu domínio.

Mas isso não foi o suficiente para industrializar e resolver os problemas das secas no Nordeste. A miséria continuou a existir e persistiram os grandes números de migração. Segundo Furtado (1997), quando sobrevinham as secas, a população era “artificialmente”

mantida no campo através das ações assistencialistas do governo federal, como frentes de trabalho e distribuição de alimentos, o que evitava migrações em massa, o que esclarece que a esperteza na região não é dos dias atuais, pois sempre existiu quem se favorecesse por meio da desgraça da classe menos favorecida. Os efeitos das secas recaem mais pesadamente sobre a população rural pobre, os pequenos proprietários de terras e trabalhadores sem terras.

Nessa estrutura social tão particular, o ponto fraco é o pobrezinho que está lá embaixo, é o morador, o meeiro que produz comida para sobreviver criar um excedente para o dono da terra. Quando acontece uma seca, toda a estrutura sofre, mas o peso maior é suportado pelos que estão mais embaixo. A seca, na verdade, é o colapso da produção agrícola. E esse colapso se traduz em fome (FURTADO, 1998, p.22).

1958 foi um ano de seca que não passou despercebido pela literatura no Nordeste, e o Piauí também ganhou olhares em torno das condições climáticas tanto quanto os demais. A literatura passou a simular um território piauiense integrado aos estereótipos e aos temas da seca. Vale ressaltar que o fenômeno da imagem da seca nordestina, da pecuária, da miséria, da lonjura, dos problemas acerca de tais fatores está em abordagem no poema *Requiém*, de H. Dobal, que ainda ironiza a naturalização da pobreza humana e a entrada das “obras de arte do DNOCS” na composição da paisagem piauiense, conforme o trecho que segue:

Nestes verões jaz o homem/ Sobre a terra. E a dura terra/ Sob os pés lhe pesa. E na pele/ Curtida *in vivo* arde-lhe o sol/ destes outubros. Arde o ar/ deste campo maior desta lonjura/ onde entanguidos bois pastam a poeira./ E se tem alma não lhe arde o desespero/ de ser dono de nada. Tão seco é o homem/ nestes verões. E tão curtida é a vida,/ tão revertida ao pó nesta paisagem / neste campo de cinza onde se plantam/ em meio às obras-de-arte do DNOCS/ os homens e os outros bichos esquecidos (DOBAL, 2005, p.27).

As letras poéticas acima lançam mão da organização literária para fidelizar textualmente a situação do sertanejo no enfrentamento à seca nos tempos das percepções de H. Dobal, que impõe sensibilidade ao perfil do sofrimento patrocinado pelas adversas condições climáticas e pelo negativo contexto socioeconômico em que os “sem nada” do Sertão nordestino viviam.

2. AS FRENTES DE SERVIÇO EM PICOS – PIAUÍ

Este capítulo já começa sob o entendimento de como ocorreram as frentes de trabalho em Picos/PI, entre 1979 e 1985, com as principais obras desenvolvidas como forma de amenizar os problemas oriundos da seca que assolava os sertanejos picoenses nesse período. Para o desenvolvimento desta etapa, importam entrevistas realizadas, documentos do acervo do 3º BEC e jornais guardados no Arquivo Público do Piauí.

No capítulo anterior, está a informação de que, por diversas vezes, houve tentativas de ações de convivência sem tantos prejuízos com a seca, nem sempre consumadas. O governo não preparava a população ao nível do necessário para que tais atos não viessem a se tornar grande calamidade com a seca, e as medidas só eram tomadas depois que a situação se mostrava intolerável.

Sabendo que a seca é um fator natural que acontece frequentemente e não tendo seus problemas totalizados pelas frentes de serviços para solucioná-los, este capítulo mostra como funcionavam tais programas com suas frentes de trabalho. Para tanto, há a utilização de documentos, trechos das entrevistas e outros recursos de esclarecimentos informativos.

2.1. O início dos trabalhos

Embora a seca seja um fenômeno que se perpetua há anos, o apoio do governo era temporário. Tudo acabava esquecido, não havia uma forma de preparo para possíveis secas futuras, assim, não tinha como solucionar os problemas surgidos de imediato. As medidas só eram tomadas depois que a população estava assolada pelas severas estiagens. Quanto à manutenção da mão-de-obra no local como combate ao êxodo rural, a imagem era a de que parecia ter logrado êxito, pois “a maior preocupação do governo continuava sendo a de manter em seus locais de origem os flagelados” (VILLA, 2000, p.225).

Há a informação de que “a vantagem dessa política é que dava trabalho aos sertanejos na própria área, evitando que eles se deslocassem para o litoral e congestionassem as grandes cidades, ameaçando-as de saques, de doenças e de dificuldades de abastecimento” (ANDRADE, 1986, p.127). A fim de manter esses flagelados em seus locais, um dos métodos adotados pelo governo foi o de açudagem, que era basicamente a construção de açudes, barreiros ou até mesmo barragens que armazenassem água e gerassem emprego, evitando a evasão dos moradores da região. Desde o Império já havia a prática de açudagem; porém,

grande parte das construções desenvolvidas era de pequeno porte, ineficaz para solucionar os problemas oriundos da seca. Por casos assim, abriram-se debates sobre como utilizar o potencial hidráulico e solucionar os possíveis problemas. A propósito, escreveu Ribeiro:

Para alguns, a função principal dos açudes seriam prover água para consumo doméstico e do gado e umidade para a vegetação e lavouras próximas. Para outros, deveriam funcionar como alimentadores dos canais de irrigação para a lavoura. Os primeiros recomendam fundamentalmente a construção de uma série de pequenos açudes, enquanto os segundos preferem a construção de poucos, mas grandes açudes. (RIBEIRO, 2008, p. 4).

Em meio a discussões e sofrimentos, a população picoense foi contemplada com a vinda do 3º BEC, antes instalada em Natal/RN. Até 1980, as ações do Batalhão de Engenharia e Construção se voltavam para estradas. Devido à situação econômica e social em que o Brasil se encontrava desde então, a filosofia de trabalho desse órgão deixou a exclusividade e passou a construir barragens, poços artesianos e até obras de irrigação. Umhas estradas construídas por ele foram abertas e outras asfaltadas, e tudo isso contava apenas com material de trabalho adquirido pela própria unidade militar. Segundo reportagem do Jornal *Macambira*, o 3º BEC dispunha de tratores, motoniveladores, betoneiras, além de outros equipamentos utilizados para construir obras a beneficiarem as populações mais carentes. Uma das características do citado órgão era levar frentes de trabalhos para diversas regiões do Piauí e do Ceará, todos de cunho social, pois em sua grande maioria, tentava amenizar os problemas da seca que assolava o Nordeste do país.

A partir da análise de documentos e fotografias pertencentes ao arquivo do 3º BEC, dos jornais do Arquivo Público do Piauí e das entrevistas, notou-se que as obras realizadas tinham uma parceria entre o governo, representado pela SUDENE, o Instituto Nacional e Reforma Agrária (INCRA) e o Exército Brasileiro, representado pelo 3º BEC. A SUDENE, órgão responsável pelo desenvolvimento econômico e social do Nordeste, liberava as verbas necessárias para a construção das obras, sendo estas coordenadas e realizadas pelo 3º BEC.

Em uma edição do jornal picoense *Macambira*, se relata o que muitos questionavam dos projetos propostos que se encontravam engavetados. Mas, apesar dos desfalques e da lentidão, dois projetos importantes para a região picoense foram autorizados, dando início à construção, a saber, dos açudes Tiririca e Bocaina. Pelo tamanho do porte dos mesmos, entende-se serem os mais aguardados. O Açude de Bocaina se tornaria o maior do Piauí e tinha como propósito beneficiar todo o Vale do Rio Guaribas, o qual possibilitava o

abastecimento de água para Bocaina, Picos e municípios circunvizinhos. As obras desenvolvidas pelo 3ºBEC eram uma das soluções para a população do município de Picos e dos municípios vizinhos, segundo nota do jornal picoense *Macambira*:

São quase 60 mil civis empregados nas obras, geralmente pessoas pobres que vivem na região. “o salário que pagamos à este pessoal é pouco, disse o tenente-coronel Carlos Ferreira de Sousa, só 11 mil cruzeiros. Mas em compensação eles trabalham apenas 35 horas por semana. Mas este salário baixo é porque dispomos de poucos recursos para esta finalidade”. As obras são executadas não somente por civis, os soldados que estão cumprindo o serviço militar na unidade, após passarem pelo período de instrução que dura cerca de 6 meses, são deslocados para frentes de serviços em vários pontos do Estado do Piauí. [...] Segundo o próprio Tenente-Coronel a obra mais importante que o batalhão está construindo é o açude de Bocaina que terá a capacidade de acumular 106 milhões de m³ de água. Esta obra está custando em torno de Cr\$ 531.219.054,00 aos cofres públicos. Mas esta é uma obra que tem muita importância, pois poderá levar água à uma região muito pobre, beneficiando os moradores da região. O açude já está em fase adiantada de construção, devendo ainda ser concluído esse ano (JORNAL MACAMBIRA, 1981, p.3).

Como cita a reportagem acima, eram quase 60 mil civis empregados nas obras desenvolvidas pelo 3ºBEC. Este número expõe a grande quantidade de homens e mulheres vindos de outras regiões, até mesmo de outros estados em busca de trabalho. Em uma região que se encontrava assolada em tamanha calamidade, as obras eram uma fonte de dinheiro e um meio de sobrevivência. Os anexos mostram imagens da construção do açude de Bocaina e o destaque do comando das obras na pessoa do Tenente-Coronel Carlos Ferreira de Sousa, comandante do batalhão do 3º BEC, entre 27 de janeiro de 1982 a 27 de junho de 1984.

Também nos anexos estão outras exposições imagéticas que trazem em seus empenhos fontes condizentes com a pretensão desta monografia, que é a de retratar a seca no período entre 1979 e 1985, enfatizando a cidade de Picos/PI. A partir das imagens, tem-se a noção da construção do Açude de Bocaina, destaque em páginas dos jornais, onde, desde o início, anunciavam a autorização e a grandiosidade da construção, acompanhando os trabalhos. Através das notícias que surgiam na maioria dos folhetos dos jornais, deduz-se que a imprensa destacava e aguardava o término da construção da barragem, que seguia a todo vapor.

Como antes citado e através das imagens em exposição, evidencia-se que as atividades realizadas nas frentes de trabalho eram diversas. O conjunto de ações dos governos federal e estaduais, objetivando prestar assistência direta ao homem do campo atingido pela seca consistia na programação e execução, respectivamente, de obras e serviços durante a

ocorrência do fenômeno, e ela ia desde a construção de estradas até sua limpeza, manutenção, asfaltamento, cavação de açudes, construção de barragens ou de barreiros, perfuração de poços, construção de estabelecimentos públicos, suprimento de sementes, abastecimento d'água, financiamento ao investimento rural, dentre outras.

É importante ressaltar que os dados das construções dos açudes, barragens e demais obras não são totalitários, pois os documentos disponíveis para visualização no arquivo do 3ºBEC ainda não se encontram em perfeito estado de pesquisa, mas em fase de restauração e digitação. Quanto aos dados disponíveis em jornais e no Arquivo Público do Piauí, os mesmos relatam apenas das principais obras. Mesmo com uma relação dos dados, além das obras já citadas, abaixo está uma lista de parte das obras e programas desenvolvidos no período estudado.

Tabela 01: Obras Desenvolvidas Pelo 3º BEC

BR-407 (Picos-Petrolina-PE)
Aeroporto de Picos
Açude Bocaina
Perfuração, instalação e recuperação de poços – recursos SUDENE/POP
Construção de açudes, quadra de esportes, confecções de telhas, confecções de tijolos, gêneros indenizáveis, feiras indenizáveis, abastecimento d'água, pagamento individual, consultas médicas, extrações dentárias, vacinas, matrículas no Mobral, alfabetização, construção de classes. Alistamentos de flagelados com os quais atuou em frentes de serviços junto a militares e civis contratados executando: construção de açudes, conserva de açudes e recuperação de açudes.

Fonte: acervo 3º BEC

As obras acima citadas foram desenvolvidas pelo 3º BEC, conforme o Programa de Obras Públicas do Ministério do Interior (POP), e tiveram seu início em julho de 1982 e o término em junho de 1984, segundo documentos disponíveis no arquivo do órgão citado. Apesar das obras iniciadas pelo governo, havia uma carência no modo em que eram executados os serviços, além de outras críticas citadas anteriormente. Duarte (2000) destaca sobre o assunto que:

[...] o autor deste trabalho reconhece a enorme complexidade envolvida na administração de um programa de obras e serviços que abrange uma área superior a 800.000 Km² e cria ocupação para mais de 1 milhão de pessoas. É justamente a dimensão destes números – a par da possibilidade de se realizarem obras e serviços cujos resultados sejam duradouros – que exige um plano e atividades bem definidas e articuladas, e requer uma logística de

implementação ágil e eficiente. Infelizmente, a experiência tem demonstrado que sucessivas administrações federais têm optado pelo enfrentamento do problema através de medidas improvisadas, assistencialistas e temporárias (DUARTE, 2000, p.242).

Dada a morosidade já referida em anotações acima, as frentes de trabalho e os programas criados pelo governo só eram executados depois que a população era assolada pela estiagem. Não havia um preparo para que, quando a seca chegasse, os sertanejos já estivessem prontos para enfrentá-la. Para amenizar tal situação, o governo federal, através do MINTER (Ministério do Interior), concentrava os esforços com a criação e o aperfeiçoamento dos programas de combate à seca e do apoio às populações atingidas.

Com o objetivo de proporcionar as condições necessárias para o auxílio às vítimas das calamidades, a SUDENE contava como apoio do DNOCS, DNER, governos estaduais e comissões de defesa civil. Cabia à SUDENE orientar a execução das obras no período da emergência, sendo também de sua responsabilidade a escolha dos locais propícios ao funcionamento das frentes de trabalho, que consistiam em cadastrar as pessoas para realizar as atividades remuneradas pelo governo. Segundo o lavrador aposentado, senhor Antônio Gonçalves Neto,

Quando não tinha inverno, as pessoas tinham que ir pras emergências. Quando o governo mandava as frentes de serviço de emergência, era o apelo que tinha! Agora, naquele tempo, você trabalhava na emergência como qualquer outra firma, era oito horas por dia, aí tinha o Feitor, todo dia agente tinha que ir, se não estivesse doente, tinha que todo dia tá lá pra, na hora da chamada, não perder o ponto. (NETO, 2016).

Mesmo em localidades diferentes, o modo como predominavam os trabalhos era praticamente igual. Segundo o lavrador aposentado, senhor Antônio Raimundo da Cruz,

A gente trabalhava nas emergências... lembro que, em 1981, o governo foi colocando o pessoal para trabalhar porque não tinha emprego, pois não houve inverno. O governo mandava máquinas, para cavar barragens, porque não tinha água, não tinha barragens e o povo era pobre. Naquele tempo era difícil, não era fácil como hoje. Tinha o feitor geral, no lugar do sargento que ficava responsável pelas turmas, aí era um bucado de turma, cada turma tinha vinte homens, e só era o feitor da turma quem sabia ler. O sargento escolheu eu pra ser o responsável pela turma, mas eu disse que não queria porque eu não sabia ler. Agente trabalhava a semana toda nas emergências, era de segunda ao sábado, não tinha história não! (CRUZ, 2015).

Como mencionado pelos entrevistados acima, as obras eram conduzidas de segunda a sábado e se tinha horário a cumprir; em caso de falta, a quantia correspondente à diária poderia ser descontada do benefício a receber. Ambos destacam a importância das frentes de trabalho, pois eram muito importantes para os mesmos, assim como para a população local. Quando questionados sobre a importância da ajuda do governo e da realização das frentes de serviços, os entrevistados, respectivamente, afirmaram que:

A gente trabalhava cavando, tirando terra, ia fazendo caxi, que era pra quando chovesse, juntar água pra servidão. A ajuda do Governo que tinha era essa, era meio salário para quem fosse trabalhar na emergência e vinha às vezes assim: bolacha, massa de milho, farinha, rapadura, só isso. Quem contratava era o Feitor Geral, reunia a turma, aí vinha aquele doutor, que chamava um bucado pra fazer alistamento, aí depois de tá feito o alistamento, aí o feitor levava a turma para trabalhar nos barreiros. Foi no tempo da Ditadura, era comandado pelo Ditador do Regime Militar. Nesse tempo era só o exército, as ordens era dura, o caba até pra ir pegar o peão lá no trecho, tinha que pegar licença no escritório. Nesse tempo era difícil. Era só o exército mesmo, e só podia se alistar quem não tivesse apelo de nada, que fosse pobre, que precisasse mesmo trabalhar na emergência, porque lá era difícil, não era fácil não! (NETO, 2016)

Era muita gente trabalhando, agente abriu estrada para os pipa do BEC carregar água pro povo, e naquele tempo não tinha ladrão, o pagamento do povo era feito nas obra mesmo. Aí todo mês você recebia, aí você fazia as compra de mantimento. O dinheiro dava pra comer, porque o pai de família que tinha quatro, cinco filhos, não tinha escola naquele tempo, né?! Aí se alistava tudim da casa, só não menino pequeno. (CRUZ, 2015).

É importante ressaltar que grande parte dos sertanejos necessitava da ajuda do governo, pois os mesmos empregavam seus recursos e esperanças nos plantios das roças para uma boa colheita, mas quando as chuvas desapareciam, já provocavam o assolamento das plantações e pastagens, expondo a seca nos rios, riachos e açudes. A solução mais cabível eram as frentes emergenciais, que atendiam a diversas pessoas. Quando as emergências não eram eficazes para o sustento familiar, os sertanejos picoenses recorriam a outros meios de sobrevivência para si e para os rebanhos que criavam. Os entrevistados afirmaram que:

Eu me lembro de uma emergência que o presidente era Emílio Garrastazu, que foi quem criou a aposentadoria rural. Os velhinhos de 65 anos, quando terminou a emergência, ele aposentou com meio salário os homens, e as mulheres era 70 anos. Aí, quem não tinha como se alistar, era como Deus fosse servir, tinha que Deus dá um jeito, fosse que jeito fosse! Uns fazia uns carvão, fosse que jeito fosse, tinha que escapar, né?! Agora teve uma rapaz

que, em 1984 e 1985, que foi essa daqui das Baixas dos Moura, que era comandada pelo exército também, e essa eu me lembro, que o presidente nesse tempo era João Figueiredo, agora esse era assim, enquanto aparecesse uma pessoa, tinha uma vaga de alistamento (NETO, 2016)

Quando não tinha solução de nada pra os bichos comer, a gente arrancava macambira e queimava para dar aos bichos, não tinha esse negócio de comprar cereais não! Não tinha esse negócio de comprar rizido, só se fosse aquele povo rico, pobre não podia comprar rizido, farelo, nem nada não. Agente arrancava macambira, queimava mandacaru, cortava juazeiro, muquém, porque tinha folha verde pra dar pra os bichos (CRUZ, 2015).

O senhor Antônio Gonçalves Neto destaca, acima, a importância dos governos do período 1979/1985 em criar leis que ajudavam principalmente aos idosos, que até então eram desamparados, e em possibilitar aos sertanejos de participarem das frentes de serviços. Os dois entrevistados sobrescritos destacam métodos utilizados no intuito de solucionar os problemas oriundos da seca, como queimar macambira e mandacaru para o alimento dos animais. Isso se devia principalmente pela falta de pastagens, pois como não houve inverno, a escassez de alimentos era grande, não só para os animais quanto para a população. Outra forma de busca de solução para tais problemas surgia no próprio coração do povo: a fé.

2.2. A fé do sertanejo nordestino

Um elemento presente no dia-a-dia do sertanejo é a sua fé, principalmente em suas devoções a determinados santos que, numa mistura de religião e misticismo forma uma peculiar relação com essas divindades, principalmente no tocante a previsão da chuva, pois atribui a determinados santos a incumbência de providenciar junto a Deus a possibilidade de um inverno chuvoso (LIMA, 2011, p. 18).

Na década final do XX houve evolução em muitos aspectos. Muitas vilas se tornaram cidades, e o nordestino passou a conviver com a seca sem tanto sofrimento quanto em outras décadas anteriores. Além das mudanças governamentais, muitos por meio da fé estavam por esperar dias melhores. Fontes Ibiapina relaciona o povo do período mais atual a uma tradição passada, onde ele o mesmo descreve que:

Naqueles tempos de até coisa das primeiras décadas do século atual, mais do que hoje, nosso homem campesino era ligado e vinculado a um mundo de superstições. E de outra maneira não podia deixar de ser. Praticamente ainda

vivendo em estado primitivo, pelo menos rotineiro. Isolado de comunicações com os centros civilizados, arraigavam-se a abusões e supersticiosidades que lhes eram legadas por seus ancestrais. Portador de baixo nível de desenvolvimentos intelectuais. Vida sedentária, diretamente em contato com a natureza e, conseqüentemente, ausência de instruções. Descendentes do branco isolado, da civilização europeia, do negro importado da África e do Índio, nosso nativo em estado primitivo. E mais que suas atividades de campo, caça e pesca, a cada dia ligando-o mais aos mistérios da mata, seu habitat. Daí as crendices com todas as suas características conexas à Lei da Hereditariedade incrustada na hemácia do sangue, passando de geração a geração (IBIAPINA, 1993, p. 125).

Como Ibiapina escreveu, as crendices e suas características vão passando de geração a geração, cujas práticas e modos conduzem os rituais realizados pelos sertanejos em busca de solução para a falta de chuvas. Por serem curiosas, as crendices levam muita gente a querer conhecer as suas manifestações. A propósito, o referido escritor anota:

[...] Como sabemos, o brasileiro, de um modo geral, é um homem supersticioso. Existe, em toda sua dimensão, em qualquer parte do mundo, desde as mais remotas épocas, cuja origem se perde lá no início da humanidade na face da terra. A superstição existiu desde o *Homo Sapiens*, do Homo de Neandertal, ou mesmo recuando mais no tempo, desde o *Homo Simio* como o *Pithecanthropus Erectus* (macaco homem em pé) e de tantas outras denominações. Darwin, Haeckel, Peter Kolosimo e tantas outras sumidades da antropologia e da paleontologia, mostram-nos e provam-nos tudo isto por A mais B, à luz da ciência. Em histórias fascinantes encontradas em grutas, em desenhos, há eloquente atestado de superstições dominando o espírito do homem primitivo, do homem pré-histórico. O certo é que nem tudo do presente trabalho elaborado através de longos anos de pesquisa ao vivo e vivência desde a infância como menino da fazenda é superstição. Há muitas veracidades curiosas. Isto a não ser tomando-se por base a crença do homem rústico que acredita em tudo isso como uma manifestação da suprema divina providência divina- poder sobrenatural (IBIAPINA, 1993, p.7-8).

Apesar de tais relatos de Ibiapina, onde ele caracteriza as crendices e superstições, São José se tornou um elemento cultural para o povo do Nordeste. O sertanejo acredita que, se não chover até o dia 19 de março, não haverá inverno. Isso era visto, principalmente, quando a autoridade não chegava até o agricultor, ou seja, quando não se age sobre as conseqüências da seca, o povo parte para o divino.

Assim, preocupando-se com uma possível seca, o sertanejo está sempre às voltas com “experiências” e prognósticos sobre a possibilidade de chuvas nos anos que virão. Para estas “experiências”, o dia de Santa Luzia (13 de

dezembro) é o mais importante, uma vez que o tomam como ponto de referência para o mês de janeiro do ano seguinte, e os dias que se seguem corresponde aos outros meses [...] outra experiência consiste em colocar seis pedras de sal, representando os seis primeiros meses do ano, sobre um plano no “sereno”, na noite de Santa Luzia. Pela manhã, a pedra que mais estiver dissolvida representa o mês mais chuvoso do ano que se segue. (ANDRADE, 1998, p.46).

O sobredito fato se deve principalmente pelo motivo de não se ter acesso a previsões meteorológicas, ocupando este espaço a crença como forma de previsão das chuvas. Mas, além da fé, recursos mais concretos, mesmo sem amparo governamental, também vinham por meio das frentes de ação, conforme expõe o texto que segue:

A perda da lavoura- que dependia exclusivamente da chuva, pois não havia o uso da irrigação mecânica – gerou a falta de alimentos naquela região e, mesmo com as medidas de emergência adotadas pelo governo estadual, aconteceram ondas de saques nas maiores cidades piauienses, como por exemplo, em Picos, onde no dia 10 de abril de 1969, um grande número de pessoas famintas e sem recursos financeiros tomou de assalto às casas de comércio da cidade para conseguir alimentos, remédios e roupas (MARQUES; BRANDIM, 2009, p.111).

Além dos saques ocorrentes em Picos, os efeitos da seca picoense levaram observadores e literatos a cogitar o Sertão piauiense como ponto de rotas dos cangaceiros nordestinos. Mas, houve o esclarecimento: “tudo não passava de boato. Nem em sonho Lampião pensou em um dia atacar Picos. Mesmo porque ali morava seu irmão João Ferreira e seu tio Venâncio, que este até criava uma filha sua – Expedita” (IBIAPINA, 1982, p.20).

O fato é que não há registros da passagem de Lampião no município picoense para afrontar os comerciantes. A estiagem atingiu praticamente toda a sociedade picoense, especialmente os agricultores. Muitos não tinham o que comer. Quando não conseguiam uma diária de serviço, se sujeitavam a furtarem para saciar a fome.

Apesar da existência de acontecimentos de saques, até o que se sabe, a busca de soluções por meio da fé era um fato que acontecia predominantemente. É possível destacar a tradição da superstição relatada por Ibiapina, no trecho da entrevista concedida pelo senhor Francisco Antônio da Cruz. De acordo com o mesmo,

Onde a gente morava, roubava o santinho do menino Jesus, aí tinha Santo Antônio com o menininho no braço. As pessoas ia lá, roubava o santinho nos mês de dezembro, quando tava sem chuva, Aí chovia. Quando era no mês de

maio, ía devolver o santo. Era São José, Santo Antônio e a sagrada família, todos os santos que tinham o menino Jesus, se roubava o menino Jesus (CRUZ, 2016).

Para o senhor Francisco Antônio da Cruz, a prática de roubar santos era uma forma de invocar Deus em prol dos pedidos de chuvas, porque as coisas eram difíceis, e toda vez que se roubava o santo, chovia. Com os pedidos atendidos, eram realizadas as formas de agradecimento.

Além de roubar o santo, tinha outra forma também de invocar: era roubar trempos. Eu cheguei a roubar uma trempo, aí levei pra dentro de uma roça, coloquei numa baixa onde passava água, coloquei num pé de carnaúba, aonde eu coloquei, choveu que ficou água na trempo, aí eu fui devolver a trempo pra dona. Depois do mês de maio, na casa da minha bisavó, todo ano que tinha seca, o pessoal roubava, aí tinha um Senhor chamado Nonatão, que roubou o santo e travessou o rio com o santo, aí choveu, aí ele veio devolver o santo no mês de maio, foi um dia de sábado, foi festa, eu tinha mais ou menos uns quatorze anos. Eu lembro do dia, e quando acontecia a devolução do santo, era bonito, era um monte de gente rezando e soltando fogo e louvando a Deus, e a dona da casa se ajoelhava e beijava o menino Jesus na hora de receber, aí o povo aplaudia, era a coisa mais linda. Hoje, a maioria das pessoas acabou com a fé e a maioria das pessoas no interior é de evangélicos, eles não usam as imagens, eu tenho, eu estou entre os católicos. Graças a Deus, eu tenho São José, Santo Antônio e São Benedito, que tem a imagem do menino Jesus. (CRUZ, 2016).

Por casos assim, muito há de se conhecer sobre o modo que a população nordestina trata a seca com o manejo da fé, em si parte deles lança mão da credence como um mecanismo que assegurava a ideia de esperança durante a seca. As práticas executadas pelos sertanejos que acreditam na obtenção dos seus pedidos são muito próprias da sua simplicidade nas suas percepções da fé, cabendo aqui guardar e retratar essas práticas como subsídio importante para a memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico teve como finalidade contribuir com os estudos acerca da seca no município de Picos/PI, no período de 1979 a 1985, onde se buscou entender seu conceito, sua relação entre o governo e o sertanejo picoense. A partir das discussões e das análises, percebeu-se que o modo como o governo trabalhava a seca não era eficaz para um basta aos sofrimentos oriundos da mesma, e com tamanho sofrimento, os sertanejos picoenses dependiam da ajuda dos programas assistencialistas para a permanência em seu torrão natal e para a própria sobrevivência.

O que se pôde constatar por meio dos depoimentos obtidos e pelas pesquisas realizadas expôs a ajuda dos órgãos governamentais, como o 3º BEC, responsável pela elaboração e realização das obras e das frentes de trabalho. Para tanto, fez-se necessário entender que os programas eram apenas temporários. Em suma, não preparavam a população para que pudesse sobreviver a futuras secas sem tanto prejuízos. Poucas obras de grande proporção foram realizadas, a maioria era de pequeno porte.

O conjunto de relacionados nos capítulos textuais deste trabalho possibilitou conhecer as práticas religiosas existentes em torno da seca por parte dos sertanejos picoenses no período retratado. Partindo das experiências vividas e compartilhadas pelos sertanejos picoenses surge o estímulo para contribuir por meio deste trabalho acadêmico, a fim de que ele não seja apenas um dos seguidores dessa temática importante para história do município de Picos, mas uma continuação a percorrer as sendas do conhecimento sobre a região picoense e os fatos marcantes em sua história.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária do Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

_____. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. Pernambuco Revista de Economia Política, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 6, n° 4, out./dez. 1986.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

BRASIL, GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife, SUDENE, 1967

CAMPOS, José Nilson Bezerra; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: _____ **IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas**. Porto Alegre: ABRH, 2001.

CARVALHO, Pe Miguel de. **Descrição do Sertão Piauiense**. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina, Fundação CEPRO, 1983.

DUARTE, Renato Santos: **As Secas no Nordeste**: recorrência climática e descontinuidade na ação pública. Salvador: CADERNO CRH, 2000.

DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1973.

FILGUERA, Maria Conceição Maciel. **Eloy de Souza**: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas. Natal: EDUFRN, 2011.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

GUERRA, Otto. A batalha das secas. In: ROSADO, Vingt-Um (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981.

IBIAPINA, Fontes. **Chão de Meu Deus**. 2. ed. Teresina: Caderno de Letras Meridiano, 1965.

_____. **Tombador**. Teresina: Companhia Editora do Piauí, 1971.

_____. **Vida gemida em Samambaia**. 2.ed.Teresina, Corisco, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Joedison de Moura. **A seca do início da década de 1980 no município de Santo Antônio de Lisboa e o impacto econômico social**. Monografia. (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2011.

LUZ, Bruno Santos. **Combate à seca em picos nos anos 80: políticas públicas e os relatos de quem participou das frentes de emergência/ Bruno Santos Luz**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2013.

LYRA, Tavares de. As secas do Nordeste. In: ROSADO, Vingt-Um (Org.). **Memorial da Seca**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981.

MARQUES, Elimária Costa; Brandim, Vivian de Aquina Silva. Frentes de combate a seca no Piauí: esperanças, tristezas e realidades na década de 1970. In: In: VASCONCELOS, J.G.; SILVA, Samara Mendes de Araújo; SANTOS, Raimundo Nonato de Lima dos (orgs.). **Labirintos de Clio: Práticas de pesquisa em História**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

NEVES, Frederico Castro. **Getúlio e a seca: políticos emergenciais na era Vargas**. Revista Brasil História, vol. 21, nº40, São Paulo, 2001.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: _____ **Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História PUC/SP**. São Paulo, n.10, dez/1993.

PESSOA, Epitácio. **O pensamento de Epitácio Pessoa**. Revista Conviver Semiárido, Fortaleza, v. 1, n. 4, out./dez. 2004.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro: centro de pesquisa e documentação da história contemporânea do Brasil da fundação Getúlio Vargas (CPDOC), v.55, n.10, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Representações da natureza, administração pública e regionalização no Brasil semiárido**. Disponível em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/.../06.pd... Acesso: 30 de maio de 2016.

SANTANA, R.N Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia no Piauí**. 2 ed. Teresina: academia Piauiense de Letras, 2001.

_____. **Evolução Histórica da Economia no Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI 2005.

SILVA, Samara Mendes Araújo; SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos (orgs.). **Labirintos de Clio: praticas de pesquisa em História**. 1. ed.Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SOUSA, Eloy de. **Secas Nordeste**. 3. ed. Brasil: Nordeste. Título. II. Série.

_____, Paulo Bezerra de. **Da Necessidade, a Força: Cotidiano das Frentes de Trabalho Canabravenses no ano de 1983**. Picos, 2014.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate a seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006.

VARÃO, Maria Goreth de Sousa e outros. **Picos:** histórias que as famílias contam. Teresina: EDUFPI, 2007

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão.** São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Vida e morte no sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

FONTES

a) Entrevistas

CRUZ, Antônio Raimundo da. **Entrevista Concedida a Fernando de Sousa Cruz**. Picos (PI), em 22 de Abril de 2015.

CRUZ, Francisco Antônio da. **Entrevista Concedida a Fernando de Sousa Cruz**. Picos (PI), em 03 de Março de 2016.

NETO. Antônio Gonçalves. **Entrevista Concedida a Fernando de Sousa Cruz**. Picos (PI), em 30 de Junho de 2016.

b) Jornais

MACAMBIRA. Picos, 30 mar. 1983. p. 4.

FLÂMULA. Picos, 1952. p.3.

MACAMBIRA. Picos. Ano IV, n. 76, 30 set. 1981. p. 2

MACAMBIRA. Picos. 30 jan. 1981. p. 4

c) Relatórios

3º BEC. **Confiança conquistada do 3º BEC Picos – Piauí**: realizações. Relatórios do 3º BEC. Assinado pelo Comandante Carlos Ferreira de Souza. Picos – PI. 15 de jul. de 1983.

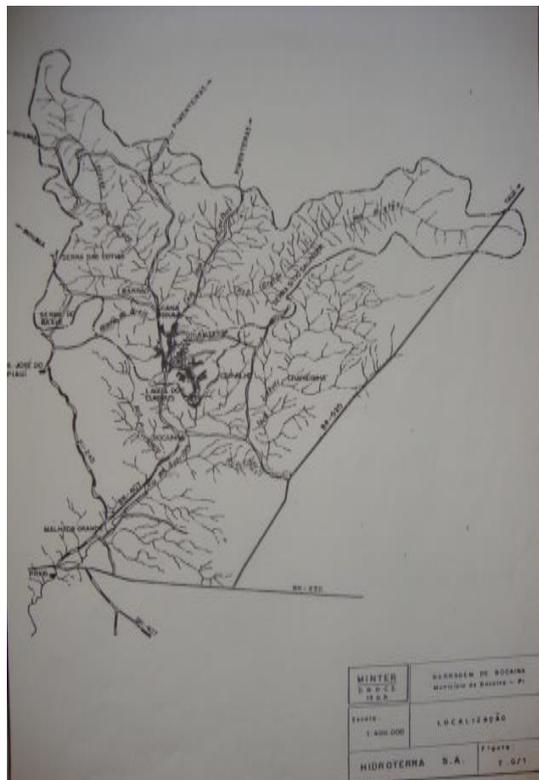
ANEXOS

Figura 03: Fachada da sede do 3º BEC no Município de Picos-PI



Fonte: acervo pessoal de Fernando de Sousa Cruz

Figura 04: Planta da construção do açude de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 05: Resumo do orçamento da 1ª alternativa para a construção do açude de Bocaina

RESUMO DO ORÇAMENTO	
1ª ALTERNATIVA	
BARRAGEM PRINCIPAL	Cr\$ 1.177.564.404,00
✓ DIQUE AUXILIAR	Cr\$ 24.436.025,00 ✓
✓ SANGRADOURO	Cr\$ 309.327.156,00
✓ TRATAMENTO DAS FUNDAÇÕES	Cr\$ 45.318.000,00
✓ ESTRADAS DE ACESSO	Cr\$ 12.467.380,00 ✓
✓ CANTEIRO DE OBRAS (3%)	Cr\$ 47.073.389,00 ✓
SUB-TOTAL I	Cr\$ 1.616.186.354,00
ADMINISTRAÇÃO 10%	Cr\$ 161.618.635,00
SUB-TOTAL II	Cr\$ 1.777.804.989,00
SUPERVISÃO 5%	Cr\$ 88.890.249,00
TOTAL	Cr\$ 1.866.695.238,00

Desempenhos

24.436.025,00
 12.467.380,00
 47.073.389,00
 83.976.794,00
 8.397.673,00
 92.374.473,00
 4.617.323,00
 96.991.796,00

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 06: Resumo do orçamento da 2ª alternativa para a construção do açude de Bocaina

RESUMO DO ORÇAMENTO	
2ª ALTERNATIVA	
BARRAGEM PRINCIPAL	Cr\$ 1.177.564.404,00
DIQUE AUXILIAR	Cr\$ 24.436.025,00 ✓
SANGRADOURO	Cr\$ 262.449.836,00
TRATAMENTO DAS FUNDAÇÕES	Cr\$ 45.318.000,00
ESTRADAS DE ACESSO	Cr\$ 12.467.380,00 ✓
CANTEIRO DE OBRAS (3%)	Cr\$ 45.667.069,00 ✓
SUB-TOTAL I	Cr\$ 1.567.902.714,00
ADMINISTRAÇÃO 10 %	Cr\$ 156.790.271,00
SUB-TOTAL II	Cr\$ 1.724.692.985,00
SUPERVISÃO 5 %	Cr\$ 86.234.649,00
TOTAL	Cr\$ 1.810.927.634,00

309.327.156,00
 449.836,00

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 07: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

UNIDADE: BARRAGEM PRINCIPAL		Local: BOCAINA/PI		
		Data: ABRIL/82 I =		
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
I - MACIÇO PRINCIPAL				
✓ 1 - Desmatamento e limpeza da área de implantação da barragem.	√ m ²	160.000	7,00	1.120.000,00
✓ 2 - Escavação em material de 1. ^a categoria com bota-fora até a distância de 1.000m.	√ m ³	173.155	207,00	35.843.085,00
3 - Compactação do núcleo impermeável com material extraído de J-15, inclusive escavação, carga, descarga e transporte até a distância de 5km.	√ m ³	448.301	547,50 414,86	245.444.797,50
4 - Compactação dos espaldares com material extraído das ombreiras, inclusive carga, descarga e transporte até 1km.	√ m ³	1.053.352	340,00	358.139.680,00
5 - Camada de areia e brita do tipo drenante e Rip-Rap.	√ m ³	98.460 96.346	340,00	32.757.640,00
6 - Enrocamento de pedras jogadas no Rip-Rap até a cota mínima de operação (250,00) com distância de 2km.	√ m ³	8.330	2.141,00	17.834.530,00
7 - Enrocamento de pedras jogadas no Rip-Rap acima da cota 250,00 com distância de 40km.	√ m ³	22.409	4.262,00	95.507.158,00
8 - Pedras arrumadas no dreno	√ m ³	225	2.269,00	510.525,00
9 - Regularização de taludes	√ m ²	27.200	88,00	2.393.600,00

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 08: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

ORÇAMENTO				
UNIDADE: BARRAGEM PRINCIPAL		Local	BOCAINA /PI	
		Data	ABRIL/82	
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
10 - Plantação de grama no talude de jusante.	m ²	27.200	97,00	2.638.400,00
11 - Meio-fio	m	650	399,00	259.350,00
12 - Revestimento do coroamento <i>Qual exposto à vista</i>	m ³	633	198,00	125.334,00
13 - Calhas de concreto do talude de jusante. <i>Ver para a critério</i>	m	1.820	1.220,00	2.220.400,00
14 - Tubos de filtro-cimento Ø 250mm.	m	130	4.935,00	641.550,00
15 - Curva de 90º para filtro - cimento C Ø 250mm.	ud	6	25.190,00	151.140,00
16 - Tê para filtro-cimento C Ø 250mm	ud	6	26.948,00	161.688,00
17 - Alvenaria cimentada das calhas.	m ²	2.080	960,00	1.996.800,00
18 - Escavação dos drenos de ombreiras.	m ³	6.095	207,00	1.261.665,00
19 - Pedras arrumadas nos drenos de ombreiras.	m ³	2.300	2.269,00	5.218.700,00
20 - Camada de brita <i>Ø 75mm</i>	m ³	1.265	2.269,00	2.870.285,00
21 - Camada de areia <i>Ø 75mm</i>	m ³	2.645	340,00	899.300,00

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 09: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

ORÇAMENTO				
UNIDADE: BARRAGEM PRINCIPAL		Local: BOCAINA/PI Data: ABRIL/82		
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
II - TOMADA D'ÁGUA				
1 - Concreto ciclópico	m ³	510 1.836	12.656,00	23.236.416,00
2 - Concreto estrutural				
a. Fundação e sede das descargas.	m ³	187		
b. Septo das descargas.	m ³	4.386 3.124	3311x	= 165391042,00
c. Estrutura da Torre.	m ³	1.119		182.624.481,00
	m ³	4.430	49.952,00	221.287.360,00
3 - Grades de proteção	um	1	5.600.000,	5.600.000,00
4 - Stop-log	um	1	5.300.000,	5.300.000,00
5 - Monovia c/cap. 7,5t	um	1	12.200.000,	12.200.000,00
6 - Válvula borboleta Ø 1.200mm	um	1	3.800.000,	3.800.000,00
7 - Válvula dispersora Ø 1.500mm	um	1	17.500.000	17.500.000,00
8 - Viga pescadora	um	1	1.125.000,	1.125.000,00
9 - Transporte e montagem	vb			15.020.000,00
10 - Blindagem (pedaço-quadrado/ pedeço, tubulação, derivações, boca de visita, etc.)	vb			10.000.000,00
				47.000.000,00
SUB-TOTAL				1.177.564.404,50
11 - Administração (10%)				117.756.440,40
TOTAL				1.295.320.844,90

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 10: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

O R C A M E N T O ④

UNIDADE : DIQUE AUXILIAR *HA 5* Local : BOCAINA-PI
 Data : ABRIL/82

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	C U S T O	
			Unitário	Total
1 - Limpeza do terreno na área de implantação da barragem, áreas de empréstimo, inclusive bota fora a distância de até 1.000m.	m ²	170.000,00	7,00	1.190.000,00
2 - Locação e Nivelamento	m	520,00	130,00	67.600,00
3 - Escavação das cavas de fundação, inclusive carga, transporte e descarga até a distância de 1.000m, em material de 1ª categoria.	m ³	11.720,00	207,00	2.426.040,00
4 - Aterro compactado com escavação carga, descarga e transporte de solos de empréstimos para execução do maciço considerando a distância média de transporte de 1.000m.	m ³	56.104,00	340,00	19.075.360,00
5 - Revestimento de grama para proteção dos taludes	m ²	9.065,00	97,00	879.305,00
6 - Regularização de taludes	m ²	9.065,00	88,00	797.720,00
Sub-Total				24.436.025,00
7 - Administração (10%)				2.443.602,00
TOTAL				26.879.627,00

Fai posto

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 11: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

UNIDADE: SANGRADOURO - 1º ALT. Local: BOCAINA-PI
Data: ABRIL/82

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
1 - Locação e nivelamento	✓	-	verba	400.000,00
2 - Escavação incluindo bota-fora até a distância de 1.000m.	✓	1.ª - 13550 2.ª - 143050 3.ª - 108400		
2.1 - 1.ª categoria 6400	✓ m ³	9.850 5%	207,00	2.038.950,00
2.2 - 2.ª categoria 30400	✓ m ³	108.350 5%	396,00	42.906.600,00
2.3 - 3.ª categoria 51200	✓ m ³	78.800 4%	1.347,00	106.143.600,00
				151.089.150,00
3 - Drenos		271000 m ³ → 197.000		
3.1 - Fornecimento e colocação de brita	✓ m ³	128000 30 170	4.345,00	738.650,00
3.2 - Fornecimento e colocação de seixo arenoso	✓ m ³	5280 500	2.904,00	1.452.000,00
3.3 - Fornecimento e colocação de areia	✓ m ³	✓ 38	1.584,00	60.192,00
3.4 - Calha de concreto simples de secção semi-circular Ø 150mm perfurada	✓ m	440 270	1.452,00	392.040,00
3.5 - Tubos de ferro fundido com junta elástica				
Ø 10"	✓ m	290	8.946,00	2.594.340,00
Ø 8"	✓ m	410	7.695,00	3.154.950,00
Ø 6"	✓ m	590	4.863,00	2.869.170,00
3.6 - Cruzeta de ferro fundido				
Ø 10" x 10"	✓ un	14	33.702,00	471.828,00
Ø 8" x 8"	✓ un	30	21.372,00	641.160,00

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 12: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

UNIDADE: SANGRADOURO - 1º ALT.		Local:	BOCAINA-PI	
		Data:	ABRIL/82	
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
3.7 - Tê de ferro fundido com junta elástica				
Ø 10 x 10"	✓ un	14	26.948,00	377.272,00
Ø 8 x 8"	✓ un	32	16.440,00	526.080,00
3.8 - Redução de ferro fundido com junta elástica				
Ø 10 x 8"	✓ un	18	10.138,00	182.484,00
Ø 10 x 6"	✓ un	6	9.316,00	55.896,00
Ø 8 x 6"	✓ un	124	8.768,00	1.087.232,00
3.9 - Curva de 90º de ferro fundido com junta elástica				
Ø 10"	✓ un	10	8.768,00	87.680,00
Ø 8"	✓ un	8	7.672,00	61.376,00
Ø 6"	✓ un			14.752.350,00
4 - Concreto magro	✓ m ³	330	9.682,00	3.195.060,00
5 - Concreto estrutural	✓ m ³	649,9 6.200	10.602,00	65.732.400,00
6 - Aço CA-50	✓ t	331 - 222	184.588,00	40.978.536,00
7 - Formas	✓ m ²	12750 12.500	1.853,00	21.162.500,00
8 - Concreto ciclópico	✓ m ³	660	12.656,00	8.352.960,00
9 - Fornecimento e colocação de junta tipo Compriband?	✓ m	244,0 2.010	963,00	972.630,00
10 - Execução de valeta em concreto simples	✓ m	480	924,00	443.520,00

Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 13: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

ORÇAMENTO

Local: BOCAINA-PI
Data: ABRIL/82

UNIDADE: SANGRADOURO - 1ª ALT.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
11 - Enrocamento	✓ m ³	1.050	2.141,00	2.248.050,00
Sub-Total				309.327.156,00
12 - Administração (10%)				30.932.715,00
TOTALCR\$	340.259.871,00

Fonte: acervo do 3º BEC

Figura 14: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

ORÇAMENTO

(8)

UNIDADE: SANGRADOURO (2ª-ALT) Local: BOCAINA-PI
 Data: ABRIL/82

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
1 - Locação e nivelamento			Global	400.000,00 ✓
2 - Escavação			Global	151.089.150,00 ✓
3 - Drenos			Global	14.752.350,00 ✓
4 - Concreto magro	m ³	330 160	9.682,00	3 193 640,00 1.549.120,00
5 - Concreto estrutural	m ³	630 4.222	10.602,00	6 322 400,00 44.761.644,00
6 - Aço CA-50	t	222 149	184.588,00	22 928 536,00 27.503.612,00
7 - Formas	m ²	12.500 5.600	1.853,00	23 162 500,00 10.376.800,00
8 - Concreto ciclôpico	m ³	660	12.656,00	8.352.960,00 ✓
9 - Juntas tipo Compriband	m	1.010	963,00	972.630,00 ✓
10 - Valetas em concreto simples	m	480	924,00	443.520,00 ✓
11 - Enrocamento	m ³	1.050	2.141,00	2.248.050,00
Sub-total				262.449.836,00
12 - Administração (10%)				26.244.983,00
TOTAL.....			CR\$	288.694.819,00

Fonte: acervo do 3º BEC.

Figura 15: Custeio para a construção da barragem de Bocaina

ORÇAMENTO (9)

Local: BOCAINA
Data: ABRIL/82

DADE: TRATAMENTO DAS FUNDAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO	
			Unitário	Total
Instalação de Sonda Rotativa	-	-	verba	500.000,00
Sondagem rotativa em AX	m	2329	10.000,00	23.290.000,00
Ensaio de perda d'água descen.	um	776	3.000,00	2.328.000,00
Injeção de cimento c/bentonita	SC	4800	4.000,00	19.200.000,00
SUB-TOTAL:				45.318.000,00
Administração (10%)				4.531.800,00
TOTAL:			Cr\$	49.849,800,00

CONTE P _____
 Mat - lixua _____ 4.800.000,00
 Baraf _____ 80.000,00

Despesas com _____ ub 150.000.000,00

Fonte: acervo do 3º BEC.

Figura 16: Construção do açude de Bocaina



Fonte: Arquivo público do Piauí.

Figura 17: Tenente-Coronel Carlos Ferreira de Sousa



Fonte: Arquivo Público do Piauí

Figura 18: Visita de inspeção no açude de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 19: Construção da Barragem de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 20: Construção de estradas



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 21: Maquinário utilizado na construção da barragem de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 22: Maquinário utilizado na construção da barragem de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 23: Instrução da construção da barragem de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 24: Cel. Figueira, em visita à barragem de Bocaina



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 25: Presidente João Batista Figueiredo, em visita ao açude Tiririca, em Jaicós



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 26: Placa da construção do açude São Gonçalo



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 27: Açude Aparecida, em Picos-PI



Fonte: Acervo do 3º BEC

Figura 28: Açude Fátima, em Picos-PI



Fonte: Acervo do 3º BEC



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Fernando de Sousa Cruz,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
A SECA EM PICOS PIAUÍ NOS ANOS DE 1979
A 1985: o combate e a sua memória.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 14 de Agosto de 20 17.

Fernando de Sousa Cruz.
Assinatura